

Greve no metrô prejudica 2,8 milhões

Transportes

Greve no metrô continua e SP terá ponto facultativo

— Prefeitura e Estado anunciaram medida à noite; pela manhã, se falou em liberação das catracas, o que acabou vetado pela Justiça

As Linhas 1, 2, 3 e 15 da Companhia do Metrô de São Paulo (Metrô) amanheceram sem funcionamento ontem, afetando cerca de 2,8 milhões de pessoas. E a paralisação deve continuar hoje.

Diante da greve dos metroviários, o governo do Estado chegou a cogitar liberação de catracas e, à noite, ao lado da Prefeitura, decretou ponto facultativo hoje nas repartições públicas. O rodízio de veículos seguirá suspenso nesta sexta. No fim da tarde, o Metrô informou ter retomado a operação parcial das linhas, serviço previsto para ocorrer até 20h, mas só em alguns trechos.

Pela manhã, às 9 horas, a ges-

tão Tarcísio de Freitas (Republicanos) havia autorizado, pela primeira vez na história, a abertura das catracas, sem cobrança de tarifa, o que era reivindicado há anos pelo Sindicato dos Metroviários. Passageiros começaram, então, a aguardar a reabertura na frente das estações. Já passava do meio-dia quando foi divulgada decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região (TRT-2), que impediu a liberação e determinou o funcionamento de, no mínimo, 60% do serviço no horário normal e de 80% no pico (das 6h às 9h e das 16h às 19h). Caso descumpra a liminar, o sindicato pode receber multa diária de R\$ 500 mil.

A liminar foi concedida a pedido do próprio Metrô, que pleiteava retomar 100% nos horários de pico, e 80% nos demais, além da cassação da "catraca livre". O desembargador

O que se pede
Metroviários querem mais contratações e abono; empresa rejeita, alegando 'realidade econômica'

Ricardo Apostólico Silva destacou a falta de acordo sobre liberar catracas e a impossibilidade de determinar a volta integral das atividades, sob risco de esvaziar o movimento.

Ainda sobre a liberação das catracas, o magistrado avaliou que a medida "poderia submeter o sistema ao recebimento de usuários acima do regular, diante de evidente migração de passageiros de outros meios de transporte, causando colapso e pondo em risco a segurança dos trabalhadores e dos próprios usuários, além de danos aos equipamentos e estrutura das estações". Só que, à noite, o TRT-2 decidiu multar a companhia em R\$ 100 mil por "conduta antissindical", ao não liberar catracas.

Segundo o sindicato, houve "quebra de acordo do governo Tarcísio sobre a liberação das catracas, enganando e prejudi-

cando tanto a população quanto os metroviários, que prontamente voltaram aos postos de trabalho". O Estado alegou que não houve a volta de 100% dos metroviários, como solicitado, e destacou que desde a noite de anteontem "buscou alternativas" para a situação.

SEM ACORDO. No fim da noite, o Sindicato dos Metroviários aceitou a proposta apresentada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) de abono de R\$ 2,5 mil por trabalhador pelos anos de 2020 a 2022 – um valor total de R\$ 7,5 mil. Essa era a principal reivindicação da categoria.

Na sequência, o Metrô afirmou que vai negociar com os trabalhadores "assim que a categoria retomar às atividades", e "seguirá com plano de contingência para garantir o atendimento aos passageiros nesta sexta". Em nota anterior, havia ressaltado que a "realidade econômica da companhia não possibilita o pagamento de abono salarial, já que a empresa teve significativas quedas de arrecadação pela pandemia e não teve ainda o retorno total da demanda de passageiros". ● CAIO POSSATI, RENATA OKUMURA, STEPHANIE ARAÚJO E LEON FERRARI

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrôpole **Caderno:** A **Página:** 15